

UM SOBREVOO SOBRE A BNC-FORMAÇÃO: TOPOGRAFANDO SEUS SENTIDOS E SIGNIFICADOS¹

A flyover of BNC-Formation: Surveying its Senses and Meanings

Kauê Henrique Tamarozzi²

Isabel Cristina de Castro Kondarzewski³

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisou a literatura sobre a formação inicial de professores, concentrando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 (DCN/15) e 2019 (DCN/19), além das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. O estudo objetivou compreender a influência dessas diretrizes na formação docente no Brasil. Utilizando o procedimento metodológico de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), fundamentada em obras de diversos autores, mapearam-se tendências, lacunas e desafios no campo educacional. A distinção entre “estado da arte” e “estado do conhecimento” é abordada, ressaltando a importância de cada um para o avanço acadêmico. O texto desenvolve uma análise crítica das diretrizes, contribuindo para um entendimento mais profundo das práticas de formação de educadores e da relevância da integração curricular da extensão. Pretende-se fomentar um diálogo construtivo sobre as diretrizes e estimular melhorias contínuas nesse âmbito.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores. Diretrizes Curriculares Nacionais. BNC-Formação.

Abstract: This article presents the results of research that analyzed the literature on the initial formation of teachers, focusing on the National Curricular Guidelines of 2015 and 2019, as well as the Guidelines for Extension in Brazilian Higher Education. The study aimed to understand the influence of these guidelines on teacher education in Brazil. Employing a systematic literature review methodological procedure, the study highlights key trends, gaps, and challenges within the field. It distinguishes between “state of the art” and “state of knowledge”, underscoring the significance of both approaches for academic progress. The text develops a critical analysis of the guidelines, contributing to a deeper understanding of teacher education practices and the relevance of integrating extension into the curriculum. It intends to foster constructive dialogue on the guidelines and advocate for continuous improvement in teacher training practices in Brazil.

Keywords: Initial Teacher Training. National Curriculum Guidelines. BNC-Training.

¹ Artigo derivado de capítulo da dissertação de mestrado intitulada *A extensão universitária e seu processo de curricularização em um curso de física de uma universidade pública: à luz do discurso do sujeito coletivo*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* Bauru, em 2025 (Tamarozzi, 2025).

² Licenciado em Física pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Mestre em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorando em Ensino das Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-9785>. E-mail: k221172@dac.unicamp.br.

³ Licenciada em Física pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre e Doutora em Educação para Ciência pela UNESP. Professora assistente doutora no Departamento de Física da UNESP, *campus* Guaratinguetá. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6244-7367>. E-mail: isabel.castro@unesp.br.

1 Introdução

Este trabalho objetiva explorar de maneira sistemática a literatura acerca da formação inicial de professores, abordando as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 (DCN/15) e 2019 (DCN/19), além das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que tratam da integração curricular da extensão. Este levantamento é fundamental para compreender como essas diretrizes orientam a formação docente no Brasil contemporâneo.

Segundo Gil (2019), a revisão da literatura constitui uma etapa vital no planejamento de pesquisas acadêmicas. Essa revisão envolve a coleta de informações previamente publicadas, possibilitando um panorama abrangente sobre o tema em questão. É um processo que não se limita a uma única fonte, abrangendo livros, periódicos científicos, anais de conferências, bem como teses e dissertações.

Marcos-Pablos e García-Peñalvo (2018) ressaltam que as Revisões Sistemáticas da Literatura (RSL) representam uma metodologia que sistematiza a busca e a avaliação da literatura existente em um determinado campo. Esse tipo de abordagem fornece uma base sólida que elucida o estado atual do conhecimento, além de apontar os pontos fortes e as lacunas da produção vigente.

A expressão “estado da arte”, citada pelos autores, refere-se a uma análise abrangente do conhecimento em uma área específica. Romanowski e Ens (2006) enfatizam que essa modalidade de investigação visa identificar as principais tendências, avanços e desafios presentes na literatura acadêmica. Dessa forma, a RSL se torna um instrumento valioso para mapear o que já foi produzido, oferecendo uma visão clara sobre o objeto de estudo.

Em contrapartida, o “estado do conhecimento”, também discutido por Romanowski e Ens (2006), representa uma análise mais restrita, enfocando apenas uma parte das publicações sobre um tema específico. Essa abordagem não atinge a abrangência do “estado da arte”, pois se limita a um segmento do conhecimento, resultando em uma análise mais pontual.

Assim, a distinção entre “estado da arte” e “estado do conhecimento” reside na amplitude da investigação. Enquanto o primeiro busca uma visão global e abrangente, o segundo concentra-se em aspectos específicos, possibilitando um olhar mais detalhado, porém limitado. Ambos são essenciais para o avanço da pesquisa acadêmica, cada um contribuindo de maneira singular para a construção do saber.

Neste contexto, a análise das DCN/15 e DCN/19 se torna crucial para compreender como as diretrizes moldam a formação docente e as práticas pedagógicas. As DCNs não apenas estabelecem parâmetros, mas também refletem as demandas e desafios enfrentados na educação contemporânea.

Diante do exposto, o presente artigo tem como propósito investigar a formação inicial de professores à luz das diretrizes curriculares, buscando compreender suas implicações e desafios. Para isso, procede-se uma análise crítica das obras selecionadas, bem como das reflexões dos autores sobre o tema.

Por meio desse estudo, esperamos contribuir para o entendimento das nuances que envolvem a formação docente e a importância da integração da extensão curricular na educação superior. Assim, objetiva-se proporcionar uma reflexão que amplie as discussões sobre as práticas de formação inicial de professores no Brasil.

Em suma, pretende-se submeter ao escrutínio científico o conhecimento existente e, ao sumariá-lo, fomentar um diálogo crítico e construtivo acerca das diretrizes que orientam a formação de educadores, incentivando a busca por melhorias contínuas nesse campo.

2 Opção teórico-metodológica

Esta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem de natureza teórico-metodológica que busca traçar uma trilha consistente na análise da formação inicial de professores, com especial atenção às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015 e 2019. Esta escolha justifica-se pela necessidade de compreender não apenas os aspectos normativos dessas diretrizes, mas também suas implicações práticas e seus impactos no contexto educacional brasileiro. Dessa forma, procedeu-se a uma análise crítica sobre como tais normas moldam a formação docente e influenciam as práticas pedagógicas contemporâneas.

A trilha metodológica constitui-se em um estudo sistemático realizado em bases indexadoras, como o Portal de Periódicos CAPES, SciELO e o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ). A escolha dessas plataformas se justifica pela relevância e credibilidade dos periódicos ali indexados, fundamentais para a construção do conhecimento sobre o tema em questão.

A seleção dos periódicos foi rigorosa, considerando apenas revistas classificadas como Qualis A (A1, A2 e A3), com avaliação consultada diretamente na Plataforma Sucupira, referente ao quadriênio de 2017-2020. Essa triagem garante que as publicações analisadas apresentem reconhecida qualidade acadêmica, permitindo uma abordagem mais robusta sobre as diretrizes em foco. O recorte temporal abrangeu nove anos (2015 a 2023), período essencial para observar a evolução das discussões desde a homologação da DCN/15 até a implementação da BC-Formação (DCN/19).

Optou-se por limitar a busca a artigos em língua portuguesa, dado que as diretrizes curriculares em análise são intrínsecas à realidade brasileira. Essa escolha é essencial, uma vez que as Diretrizes Curriculares Nacionais não são apenas um conjunto de normas, mas refletem as necessidades, desafios e especificidades do ensino no Brasil. A compreensão das DCNs exige um olhar atento às nuances culturais, sociais e econômicas que permeiam o sistema educacional nacional, aspectos que podem ser perdidos em uma análise genérica ou internacional.

Além disso, ao abordar publicações em língua portuguesa, garantimos que as discussões acadêmicas estejam alinhadas com a terminologia e as abordagens pedagógicas que fazem parte do contexto local. Os debates sobre formação docente desenvolvidos em outros países podem não ser diretamente aplicáveis ao Brasil, dada a diversidade e as particularidades de nossas instituições de ensino. Assim, a escolha de artigos em português permite que as reflexões sejam mais pertinentes e conectadas à realidade das salas de aula brasileiras.

Essa abordagem também possibilita um aprofundamento nas críticas e nas defesas relacionadas às Diretrizes Curriculares, uma vez que os autores locais têm um entendimento mais aprofundado das questões enfrentadas no dia a dia das escolas. A literatura brasileira sobre formação de professores é rica em *insights* sobre as práticas pedagógicas, as dificuldades enfrentadas pelos educadores e as expectativas da sociedade em relação à educação. Esse conhecimento é fundamental para uma análise crítica e informada das DCNs.

Outro aspecto relevante é que a limitação aos artigos em língua portuguesa facilita a identificação de tendências e lacunas na pesquisa nacional. Com isso, podemos mapear quais temas estão sendo mais abordados e quais ainda necessitam de investigação, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da formação docente. Essa identificação é crucial para orientar futuras pesquisas e ações de formação que busquem atender às demandas do sistema educacional.

Essa decisão metodológica reforça nosso compromisso com uma pesquisa que não apenas analisa teoricamente, mas que também busca contribuir de maneira prática para a

formação de professores no Brasil. Ao considerar a realidade e as particularidades do nosso sistema de ensino, esperamos oferecer uma análise que possa servir de base para reflexões e ações concretas, impactando positivamente a formação inicial de educadores e, consequentemente, a qualidade da educação no país.

Além desses parâmetros, somente artigos que criticavam, defendiam ou comparavam as DCN de 2015 e 2019 foram analisados, pois o intento é sintetizar a visão da literatura sobre as DCN. No caso da creditação curricular da extensão, foram levados em consideração artigos que descreviam os processos de implementação, críticas e defesas em relação à diretriz. Como se observa no Quadro 1, a seleção abrangeu periódicos de diferentes áreas do ensino e da educação, garantindo a pluralidade de perspectivas.

Quadro 1 – Revistas escolhidas para o levantamento.

Revistas	Qualis
Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	A1
Caderno Brasileiro de Ensino de Física	A1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	A1
Revista e-Curriculum	A2
Debates em Educação	A2
Práxis Educacional	A2
Revista Brasileira de Extensão Universitária	A3
Revista Online de Política e Gestão Educacional	A3

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A escolha dessas revistas, apresentadas no quadro acima, reflete o compromisso com a excelência acadêmica, priorizando veículos que são referência no debate sobre políticas educacionais e formação docente. A partir dessa delimitação, estabeleceram-se os descritores para a busca, que foram organizados em três eixos principais: DCN de 2015, DCN de 2019 (BNC-Formação) e Creditação da Extensão.

Nosso movimento investigativo empregou descritores cuidadosamente organizados para facilitar a busca nas fontes selecionadas, destacando a relevância das “Diretrizes Curriculares Nacionais” para as DCN de 2015 e 2019. Após uma seleção inicial, os artigos foram quantificados com base no número de citações e *downloads* disponíveis, permitindo uma análise preliminar do impacto e da relevância dos textos na literatura acadêmica.

Os descritores utilizados foram específicos para cada diretriz e incluíram termos relacionados à creditação da extensão, refletindo um amplo escopo de pesquisa sobre a formação inicial de professores. O Quadro 2 detalha as combinações utilizadas para garantir a recuperação de textos que de fato discutissem a implementação ou as críticas a tais normativas.

Quadro 2 – Descritores utilizados

Descritores		
DCN de 2015	DCN de 2019	Creditação da extensão
“Diretrizes Curriculares Nacionais”.	“Diretrizes Curriculares Nacionais”.	“Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”; “Creditação da Extensão” e; “Curricularização da Extensão”.
“DCN de 2015”; “DCN/2015” e; “DCN/15”.	“BNC”; “BNCFP”; “DCN de 2019”; “DCN/2019”; “DCN/19”; “BNC-Formação” e; “BNC-Professores”.	

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Os descritores listados permitiram uma filtragem precisa, diferenciando termos genéricos de siglas específicas como BNCFP e BNC-Formação. Vale ressaltar que o descritor “Diretrizes Curriculares Nacionais” foi comum para as buscas referentes às DCN de 2015 e 2019, sendo separado manualmente pelo pesquisador os artigos referentes a cada DCN. Após a aplicação desses filtros e a triagem manual, os artigos foram quantificados para mapear o volume de produção acadêmica em cada eixo. Os artigos foram inicialmente quantificados em números, bem como a quantidade de citações (com base nos dados do *ResearchGate* e/ou *Google Scholar*, [1], quando disponível) e *downloads* (com base nos dados fornecidos na página de apresentação da revista, quando disponível). Posteriormente, foram discutidos visando sistematizar o que a literatura pesquisada aponta sobre para cada uma das diretrizes de formação inicial de professores.

O Quadro 3 sintetiza esse levantamento numérico, evidenciando quais periódicos concentram o maior debate sobre cada uma das diretrizes.

Quadro 3 – Quantificação dos artigos encontrados nas revistas selecionadas de acordo com cada grupo de descritores.

Revistas / Descritores	“Diretrizes Curriculares Nacionais”; “DCN de 2015”; “DCN/2015” e; “DCN/15”	“Diretrizes Curriculares Nacionais”; “BNC”; “BNCF DCN de 2019”; “BNC-Formação” e; “BNC-Professores”	“Creditação da Extensão”; “Curricularização da Extensão” e; “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira”
Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências	-	3	-
Caderno Brasileiro de Ensino de Física	1	2	-
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	2	3	-
Revista e-Curriculum	2	3	1
Debates em Educação	1	4	-
Práxis Educacional	1	7	1
Revista Brasileira de Extensão Universitária	-	-	4
Revista Online de Política e Gestão Educacional	-	3	-
Total	7	25	6

Fonte: Elaborada pelos autores (2023).

Conforme os dados expostos no Quadro 3, nota-se uma concentração significativa de publicações referentes à DCN de 2019 (25 artigos), o que demonstra a efervescência e a preocupação da comunidade acadêmica com a recente BNC-Formação em comparação aos 7 artigos encontrados sobre a DCN de 2015 no mesmo recorte. A análise não se restringiu à quantificação; os textos foram lidos integralmente para sistematizar as defesas e críticas presentes na literatura.

Além disso, as teses e dissertações pertinentes à formação de professores serão apresentadas e discutidas, complementando a análise com sínteses de pesquisas anteriores em contextos variados, o que enriquecerá a compreensão do tema em questão.

3 O que diz a literatura sobre as DCN para formação inicial de professores e a extensão universitária?

Nesta seção, coloca-se sob escrutínio as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial de professores, com ênfase na Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) e suas versões de 2015 e 2019. Após a quantificação dos artigos selecionados, foram realizadas leituras completas, com a finalidade de sintetizar as contribuições dos autores sobre as diretrizes. Autores como Selles e Oliveira (2022), discutem as mudanças nos objetivos da disciplina Biologia e expressam preocupações sobre a diminuição da autonomia docente e a capacidade crítica dos alunos, especialmente no contexto das recentes políticas curriculares.

Rodrigues, Pereira e Mohr (2020) apresentam uma análise crítica da BNC-Formação, apontando problemas como a falta de interação com a sociedade e a ênfase em competências técnicas em detrimento de uma formação crítica. Eles alertam para retrocessos em relação a conquistas anteriores e a possibilidade de precarização da formação docente. Deconto, Cavalcanti e Ostermann (2016) destacam as incoerências nas políticas de formação docente, enfatizando a desconexão entre as DCN e as necessidades reais do ensino de Física. Por sua vez, Cortela (2011) critica a persistência do modelo “3+1”, que limita a formação ao que a literatura denomina “racionalidade técnica”.

O capítulo também discute como as diretrizes de 2019 promovem uma formação que não considera as diversidades culturais do Brasil, conforme apontam Deconto e Ostermann (2021). Eles argumentam que as novas diretrizes reafirmam princípios neoliberais, desconsiderando a inseparabilidade entre teoria e prática. Em um contexto mais amplo, Ostermann e Rezende (2021) rejeitam abordagens privatistas e utilitaristas, defendendo que a educação deve ser vista como um direito universal. Em suma, as críticas à BNC-Formação e às DCN destacam a urgência de uma reavaliação das políticas educacionais, visando garantir uma formação docente que seja crítica, contextualizada e respeitosa às particularidades locais.

De acordo com as autoras citadas, a abordagem neoliberal e a perspectiva crítica na Educação revelam visões contrastantes sobre o papel do Estado e a finalidade educacional. O neoliberalismo enfatiza a competição e a eficiência, propondo uma redução da intervenção estatal e promovendo a privatização do ensino. Seu foco principal é a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, com avaliações baseadas em indicadores de desempenho, responsabilizando educadores pelos resultados.

Em contrapartida, a perspectiva crítica vê a Educação como um direito universal garantido pelo Estado, priorizando a formação integral dos indivíduos e a promoção de transformação social. Defende a valorização da diversidade cultural e uma abordagem humanista, questionando a mercantilização da Educação e sua subordinação aos interesses do mercado.

Melo e Gama (2022) descreveram, em seu artigo “Reformas Curriculares no Brasil: limites e possibilidades de um curso de extensão realizado durante a pandemia”, um curso voltado para compreender as reformas curriculares e sua relação com a Pedagogia Histórico-

Crítica. O curso abordou temas como a relação entre Currículo, Escola e Sociedade, enfatizando a resistência às políticas neoliberais e a importância da formação crítica.

Tozetto e Domingues (2020), por sua vez, analisaram a formação de professores na Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a desconexão entre a legislação educacional e as práticas docentes. Destacaram a necessidade de uma formação pedagógica específica, ressaltando que a experiência prática não é suficiente para garantir uma atuação eficaz. Já Fichter Filho, Oliveira e Coelho (2021) exploraram a evolução das DCN ao longo de cinco governos, mostrando como as políticas educacionais foram moldadas por diferentes contextos políticos. As DCN passaram de uma ênfase na formação crítica para um modelo orientado pela lógica da mercantilização, especialmente sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Honório *et al.* (2017) examinaram as novas DCN, reconhecendo avanços como a ênfase na prática e na inclusão, mas também levantando preocupações sobre os impactos nas práticas curriculares. Costa, Mattos e Caetano (2021), por sua vez, realizaram uma análise crítica da BNC-Formação, que evidenciou uma tendência de instrumentalização da formação docente, destacando a transição do espaço universitário para a escola como foco principal da formação.

Camelo e Batista Neto (2022) investigaram a identidade dos cursos de Licenciatura, observando que as DCN de 2002 a 2019 foram fundamentais para estabelecer uma autonomia em relação ao Bacharelado, embora as diretrizes mais recentes reintroduzissem uma perspectiva técnica que poderia comprometer essa identidade.

Finalmente, Metzner e Drigo (2021) avaliaram os avanços e retrocessos das DCN/15, utilizando uma abordagem qualitativa e engajando profissionais de Educação Física nas discussões sobre as diretrizes. As pesquisas coletivas indicam uma necessidade urgente de reavaliação das políticas educacionais, visando uma formação docente mais crítica e contextualizada.

Os resultados indicaram que, de maneira geral, os participantes percebem que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/15) consolidam e aprofundam aspectos que estavam dispersos ou tratados superficialmente nas Resoluções anteriores. Além de abordar temas contemporâneos, essas diretrizes reafirmam o propósito dos cursos de licenciatura de formar professores para atuar na Educação Básica. Contudo, uma das principais lacunas apontadas pelos profissionais foi a possibilidade de cursar uma segunda licenciatura ou realizar complementação pedagógica, o que evidenciou áreas que necessitam de aprimoramento.

Franco e Mascarenhas (2021), em seu trabalho “O Esvaziamento da didática e da pedagogia na (nova) BNC de formação inicial de professor da Educação Básica”, analisaram a Resolução CNE 02/2019, que estabelece a Base Nacional Comum de Formação (BNC-Formação). O estudo buscou revelar as intencionalidades político-ideológicas contidas nesse documento, evidenciando uma compreensão meramente tecnicista do exercício docente. Essa abordagem, ancorada na pedagogia neoliberal, resulta em práticas formativas simplificadoras e em uma concepção instrumental e acrítica da didática, representando um retrocesso epistemológico da pedagogia das competências de natureza behaviorista.

As críticas apresentadas pelas autoras incluem o esvaziamento da preparação docente, ao fundamentar a formação em princípios da racionalidade técnica e negligenciar o contexto social e histórico. A BNC-Formação reduz a formação do professor a uma abordagem de competências, desprovida de dimensões políticas, sociais e interculturais. Além disso, a difusão de uma pedagogia neoliberal e a consequente perda de identidade profissional do docente são

aspectos ressaltados, o que contribui para a rigidez cognitiva e para a redução do questionamento da prática educativa.

Camargo *et al.* (2022), em “Diversidade sociocultural e currículo nas Amazôniaas: Desafios no enfrentamento à monocultura das mentes”, abordaram a multiplicidade sociocultural nas Amazôniaas e suas interações com o currículo. Os autores destacaram a relevância da diversidade como um direito de todas as comunidades, argumentando que as diretrizes curriculares da BNCC e BNC-Formação negligenciam práticas agroecológicas e camponesas. Além disso, a submissão de culturas e saberes amazônicos é identificada como uma crítica central, ressaltando a necessidade de repensar diretrizes em relação à diversidade cultural.

Em análise da influência da OCDE na formulação da BNC-Formação, Bogatschov, Ferreira e Moreira (2022) destacaram a conformidade dessa base com diretrizes internacionais. Essa padronização é apresentada como uma busca pela qualidade educacional, mas, na prática, evidencia a subordinação da formação docente às demandas do capitalismo globalizado. Essa uniformização compromete o potencial da educação como prática social transformadora, limitando a formação a um enfoque puramente técnico e mercadológico.

Albuquerque, dos Santos e Andrade (2023) investigaram o espaço dedicado à formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Resolução CNE/CP 02/2019. Os autores observaram um retrocesso na formação de professores para a EJA, caracterizado por uma formação desconectada e acelerada, desprovida de políticas educacionais críticas e reflexivas. Essa mudança resulta em uma formação voltada apenas à aplicação de competências, negligenciando o entendimento profundo da prática educativa e do contexto em que se insere.

A análise realizada por Silva e Gomes (2023) das DCN entre 1996 e 2019 revelou as disputas pelo controle da formação docente, refletindo interesses empresariais que se distanciam das demandas do movimento de professores. As DCN para formação inicial de professores manifestam interesses mercadológicos, promovendo uma formação baseada em competências que prioriza habilidades práticas. Essa abordagem reforça a subordinação da prática docente aos interesses do mercado, em detrimento de uma formação crítica e abrangente.

Santos, Vieira e Silva (2022) abordaram a BNCC e a BNC-Formação no contexto da Educação Infantil, destacando as relações étnico-raciais. Os autores argumentam que as políticas educacionais têm se configurado como um campo de disputa, onde o Estado desempenha um papel crucial na regulamentação dos currículos. O ressurgimento de concepções curriculares alinhadas à lógica neoliberal é criticado, uma vez que desconsidera a identidade das crianças das classes trabalhadoras, perpetuando desigualdades desde a infância.

Morais, Johann e Malanchen (2023) examinaram as políticas de formação de professores sob uma perspectiva histórico-crítica, discutindo a BNC-Formação em relação ao modelo neoliberal. A criação dessa base reforça a aliança da formação docente com as demandas do sistema capitalista, destacando o caráter utilitarista e meritocrático das políticas educacionais. Essa abordagem compromete a formação integral e crítica dos educadores, limitando sua capacidade de atuação transformadora na educação.

A análise das DCN de formação inicial de professores realizada por Portelinha (2021) revelou a desarticulação entre teoria e prática, enfatizando a separação dos fundamentos da educação. O estudo indica um contexto desafiador e conservador, que requer um esforço considerável das universidades para resistir às pressões por uma formação homogênea. Essa desarticulação prejudica a constituição de uma formação docente crítica e reflexiva, fundamental para a atuação eficaz na Educação Básica.

Acrescentamos ainda que Diniz-Pereira (2021) discutiu a tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura, contextualizando essa mudança no cenário político conservador pós-*impeachment*. A BNC-Formação representa uma nova investida na homogeneização das propostas curriculares, similar aos esforços do período militar. Essa uniformização compromete a diversidade e a riqueza das formações docentes, alinhando-as às ideologias de mercado e às demandas do sistema educacional contemporâneo.

O arcabouço teórico-político da Resolução CNE/CP nº 2/2019 não apresentou modificações significativas em relação à Resolução CNE/CP nº 01/2002. Contudo, as Diretrizes de 2019 ampliaram o poder de intervenção estatal nas instituições formadoras, adotando uma abordagem mais prescritiva em vez de descritiva. Uma omissão relevante das Diretrizes foi a falta de um processo de adaptação dos referenciais australianos à realidade brasileira, o que poderia ter estimulado um debate nacional mais amplo. Além disso, as Diretrizes de 2019 passaram a ter características de um currículo, ao estabelecer finalidades, orientações, princípios e objetivos que devem ser traduzidos em projetos institucionais específicos nos diversos contextos educacionais.

As autoras Simionato e Hobold (2021) realizaram uma análise crítica sobre a padronização da formação inicial de professores imposta pela BNC-Formação. Essa abordagem foi descrita como uma “grade” que enfatiza a dimensão técnica da formação, com competências e habilidades predefinidas, retirando a subjetividade docente do centro do processo formativo. Além disso, foram estabelecidos padrões que podem ser utilizados em avaliações docentes em larga escala, assemelhando-se a uma auditoria. Essa intencionalidade formativa criou uma cultura de heterogestão, caracterizada pela padronização, controle e avaliação, tornando-se terreno fértil para a implementação de uma ideologia de mercado competitivo, que intensifica a exploração do trabalhador.

Taffarel, Carvalho e Luz (2021) argumentaram que a formação inicial e continuada de professores está interligada à crise estrutural do capitalismo e à crise conjuntural no Brasil. No âmbito da política educacional, o texto observa o avanço da precarização do trabalho e da formação docente. Os autores destacam a necessidade de uma proposição crítica e superadora apresentada pela ANFOPE, evidenciando a crise estrutural do capitalismo que gerou disparidades regionais na formação de professores. Embora a região Nordeste tenha o maior número de cursos de formação, a maioria é oferecida por instituições privadas, muitas vezes na modalidade de Educação a Distância, refletindo desigualdades estruturais que impactam a qualidade e o acesso à formação.

Os autores Lavoura, Alves e Junior (2020) analisaram a BNC-Formação, argumentando que suas diretrizes estão alinhadas a uma política educacional que resulta no empobrecimento e esvaziamento dos currículos e do processo de formação humana. Essa análise revela que as decisões políticas no Brasil, dentro do contexto do capitalismo dependente e da influência neoliberal, têm comprometido a formação crítica e solidária dos educadores. Os princípios pedagógicos da BNC-Formação são vistos como ideológicos e alienantes, buscando manipular as consciências em vez de promover uma educação crítica e solidária que fomente a autonomia do educador.

As autoras Alves e Duarte (2022) abordaram os efeitos da BNC-Formação no curso de Pedagogia, enfatizando a necessidade de manter a continuidade do curso de formação inicial. Elas defendem a importância de um curso que preserve o caráter abrangente da formação, conforme as diretrizes anteriores, sem fragmentar a concepção de docência integral. A BNC-Formação tem sido criticada por enfraquecer a atuação do pedagogo na Educação Básica,

influenciando a reorganização das disciplinas e conteúdos ao longo do curso, além de introduzir novas abordagens que promovem a dicotomia entre teoria e prática.

Nogueira e Borges (2021) analisaram as políticas de formação de professores e os impactos da BNC-Formação na formação continuada. As autoras destacaram que a nova resolução trouxe retrocessos, prejudicando tanto os aspectos teóricos quanto práticos da formação docente. Além disso, a BNC-Formação tem sido criticada por descaracterizar a formação tradicional, promovendo uma formação voltada às demandas do mercado educacional. Essa mudança tem resultados prejudiciais, eliminando diretrizes importantes relacionadas à formação em serviço e à valorização do magistério, comprometendo a qualidade da formação continuada.

Costola e Borghi (2018) discutiram a influência do movimento empresarial na formulação de políticas educacionais, concentrando-se na BNCC. Elas analisaram como o “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” (MBNC) atua no processo de elaboração da BNCC, buscando identificar os discursos presentes nos documentos desse grupo. Os resultados mostram que os reformadores empresariais defendem a ideia de estreitamento curricular, mas na prática buscam oportunidades em diferentes campos de atuação proporcionadas pela BNCC. O MBNC sugere a implementação de programas de formação continuada para professores, com o objetivo de alinhá-los às diretrizes curriculares e promover a troca de experiências entre docentes, bem como a elaboração de materiais didáticos alinhados às novas diretrizes.

4 Creditação curricular da extensão universitária: uma visão da literatura

A creditação curricular da extensão universitária tem ganhado destaque nas discussões sobre a formação acadêmica no Brasil, refletindo a busca por uma educação que integre teoria e prática. Essa integração é essencial para que as universidades cumpram sua função social, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a transformação social. A literatura sobre o tema oferece diferentes perspectivas sobre como a extensão pode ser incorporada nos currículos dos cursos de graduação, evidenciando desafios e oportunidades que se apresentam nesse processo.

Neves Júnior e Maissiat (2021) abordam a definição conceitual-normativa da extensão, ressaltando sua natureza ampla e polissêmica. Essa diversidade interpretativa é fundamental, pois permite que a extensão seja aplicada de maneiras distintas nas Instituições de Ensino Superior (IES), considerando os diferentes contextos e necessidades de cada instituição. Os autores também analisam a implementação da creditação, evidenciando que existem modelos que buscam uma abordagem mais transformadora em relação à extensão, enquanto outros apenas se ajustam às pressões externas.

Complementando essa discussão, Miguel (2023) enfatiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípios essenciais para a construção de uma formação acadêmica crítica e integrada. O autor argumenta que essa relação deve ser fortalecida para reconfigurar paradigmas curriculares e promover a transformação social. A universidade não deve apenas construir e disseminar conhecimento, mas também influenciar as relações sociais e fomentar novos modos de engajamento político, o que demanda práticas que reconheçam a legitimidade da extensão acadêmica.

Benetti, Sousa e Souza (2015) apresentam a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na integração das atividades de extensão à estrutura curricular dos cursos de graduação. A pesquisa realizada pelos autores revela os desafios e oportunidades enfrentados

na busca por alcançar uma meta de 10% da carga horária total dedicada a essas atividades. Para isso, o processo incluiu mobilização e sensibilização de diversos setores da universidade, além da aplicação de questionários para mapear as disciplinas já existentes. Essa experiência demonstra a necessidade de um planejamento estratégico para a implementação efetiva da extensão no currículo.

Nozaki, Hunger e Ferreira (2022) exploram a curricularização da extensão em um curso de Educação Física, abordando a construção da práxis nos projetos de extensão. As autoras enfatizam a importância de articular teoria e prática, destacando que a curricularização deve promover conexões entre esses dois aspectos. No entanto, o estudo também identifica desafios significativos, como a superação da dicotomia entre teoria e prática e a necessidade de melhores condições para a implementação de ações de extensão. O fortalecimento da formação contínua dos docentes também é apontado como um ponto crucial para o sucesso desse processo.

Basso *et al.* (2023) analisam as propostas de curricularização da extensão nas universidades federais paulistas, como a UFABC e a UNIFESP. A investigação identificou que, apesar do reconhecimento da extensão como componente curricular essencial, ainda persiste uma hesitação em relação aos objetivos pedagógicos que deveriam orientar essas ações. O foco predominante nos aspectos técnicos da implementação pode limitar o potencial transformador da extensão, dificultando a promoção de uma formação mais crítica e engajada.

Koglin e Koglin (2019) discutem a trajetória da extensão universitária no Brasil, desde os ajustes econômicos da década de 1990 até as atuais políticas de austeridade. Os autores enfatizam a importância da extensão como parte integrante das instituições de ensino superior, apesar de a área ter historicamente recebido menos recursos do que o necessário. Essa falta de investimento é um obstáculo significativo para o pleno desenvolvimento das atividades de extensão, tornando essencial estabelecer uma política de financiamento adequada.

Dessa forma, a discussão sobre a creditação curricular da extensão universitária é multifacetada e requer um olhar atento às diversas experiências e propostas. A colaboração entre ensino, pesquisa e extensão deve ser vista como uma oportunidade para transformar o panorama acadêmico, promovendo uma formação mais integrada e crítica. Assim, a extensão pode ser um motor de mudança, tanto no contexto educacional quanto na sociedade como um todo.

5 Considerações finais

A análise das diretrizes e políticas de formação docente, empreendida nesta pesquisa, revela um cenário complexo e multifacetado, marcado pela influência do neoliberalismo e pela busca por uma educação cada vez mais voltada para as demandas do mercado. Estudos, como os de Selles e Oliveira (2022), mostram que o treinamento de professores para a aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) frequentemente resulta em uma perda da autonomia docente, refletindo uma tendência preocupante na elaboração de políticas curriculares que priorizam a padronização em detrimento da diversidade.

A precarização da educação, discutida por Rodrigues, Pereira e Mohr (2020), destaca a desvalorização da pesquisa e do conhecimento científico, evidenciando um movimento em direção a uma formação que privilegia habilidades técnicas. Essa mudança pode resultar em uma formação docente superficial, que não prepara adequadamente os educadores para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. A concentração excessiva em competências práticas, como sugerido por Costa, Mattos e Caetano (2021), pode comprometer a formação

crítica e reflexiva, essencial para o desenvolvimento de profissionais autônomos e conscientes de seu papel social.

O retrocesso na valorização docente, conforme argumentado por Deconto e Ostermann (2021), gera uma desprofissionalização do magistério, onde a educação se torna uma mera aplicação de prescrições curriculares. A busca por uma formação padronizada, como evidenciado por Rodrigues, Pereira e Mohr (2021), pode limitar a capacidade dos educadores de desenvolverem metodologias que atendam às realidades específicas de seus alunos e contextos escolares.

A fragilidade conceitual das legislações educacionais, abordada por Deconto, Cavalcanti e Ostermann (2016), e a divergência entre diretrizes nacionais e práticas pedagógicas efetivas são indicativos de uma necessidade urgente de reflexão crítica. A formação docente deve ser reposicionada para que inclua uma maior indissociabilidade entre teoria e prática, conforme proposto por Ostermann e Rezende (2021). Este aspecto é fundamental para garantir que a formação não seja meramente utilitarista, mas sim voltada para a construção de uma educação democrática e inclusiva.

Ademais, a pressão do mercado sobre a educação, como discutido por Melo e Gama (2022), compromete a capacidade das Instituições de Ensino Superior (IES) de formar profissionais críticos. A formação docente deve ir além da mera adequação às exigências do mercado, buscando uma formação integral que considere as dimensões sociais, culturais e éticas da prática educativa. Este enfoque é crucial para preparar educadores capazes de promover mudanças significativas em suas comunidades.

A integração das atividades de extensão nos currículos, conforme observado por Benetti, Sousa e Souza (2015), pode representar uma oportunidade para reverter parte desse cenário. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, as universidades têm a chance de formar profissionais mais engajados e comprometidos com a realidade social, permitindo uma formação mais rica e diversificada.

Entretanto, a implementação de uma política de extensão eficaz enfrenta desafios significativos, como a austeridade, que, segundo Koglin e Koglin (2019), impede o desenvolvimento pleno das ações de extensão. Portanto, é imperativo que haja um investimento consistente em políticas públicas que fortaleçam a formação de professores, assegurando recursos e infraestrutura adequados.

Conclui-se que a formação de professores no Brasil enfrenta um momento crítico, necessitando de uma reavaliação profunda das diretrizes e políticas educacionais. A construção de um currículo que respeite a diversidade e promova a autonomia docente é vital para assegurar uma educação de qualidade e um futuro mais justo e igualitário. A formação não deve se limitar a atender demandas mercadológicas, mas deve ser vista como uma oportunidade de transformação social e desenvolvimento humano.

Em síntese, a análise crítica das políticas de formação docente revela a necessidade urgente de uma reforma que priorize a autonomia, a formação integral e o engajamento social dos educadores. As diretrizes curriculares devem ser repensadas para que possam efetivamente contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com a transformação social. Assim, a formação docente deve ser um processo contínuo, reflexivo e dinâmico, capaz de responder aos desafios contemporâneos da educação e da sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE, O. M. A. P. de; DOS SANTOS, N. A.; ANDRADE, R. C. L. Da visibilidade ao apagamento: implicações da Resolução CNE/CP nº 02/2019 na formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e15116, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/15116>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ALVES, K. K.; DUARTE, A. L. C. Efeitos da BNC-Formação no curso de Pedagogia: Em defesa da gestão escolar e das infâncias. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 26, n. 00, p. e022132, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17222>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BASSO, L. P. *et al.* Curricularização da extensão: Propostas de universidades federais paulistas. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 14, n. 2, p. 189-199, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/13488>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BENETTI, P.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 6, n. 1, p. 25-32, 12 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BOGATSCHOV, D. N.; FERREIRA, G. M.; MOREIRA, J. A. S. BNC-Formação: políticas para formação de professores no Brasil e a interlocução com as diretrizes da OCDE. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 1335-1359, 30 set. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54584>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CAMARGO, L. M *et al.* Diversidade sociocultural e currículo nas Amazônias: desafios no enfrentamento à monocultura das mentes. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 238-261, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54813>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMELO, D.; BATISTA NETO, J. Identidade própria de cursos de Licenciatura: um olhar a partir das instruções normativas do CNE (2002-2019). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 923-947, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/50153>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CORTELA, B. S. C. **Formação inicial de professores de física**: fatores limitantes e possibilidades de avanços. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Para A Ciência, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90965>. Acesso em: 28 jun. 2023.

COSTA, E. M.; MATTOS, C. C. de; CAETANO, V. N. S. Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896–909, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1313–1324, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DECONTO, D. C. S.; CAVALCANTI, C. J. de H.; OSTERMANN, F. Incoerências e contradições das políticas públicas para a formação docente no cenário atual de reformulação das diretrizes curriculares nacionais. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 194–222, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/2175-7941.2016v33n1p194>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DECONTO, D. C. S.; OSTERMANN, F. Treinar professores para aplicar a BNCC: as novas diretrizes e seu projeto mercadológico para a formação docente. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 1730–1761, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/84149>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DINIZ-PEREIRA, J. E. Nova tentativa de padronização dos currículos dos cursos de licenciatura no Brasil: a BNC-formação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 53-71, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8916>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FICHTER FILHO, G. A.; OLIVEIRA, B. R. de; COELHO, J. I. F. A trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Brasil: uma análise dos textos oficiais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 940–956, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14930>. Acesso em: 16 nov. 2023.

FRANCO, M. A. S.; MASCARENHAS, A. D. N. Esvaziamento da didática e da pedagogia na (nova) BNC de formação inicial de professor da educação básica. **Revista e-Curriculum**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 1014-1035, 29 set. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/52423>. Acesso em: 09 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 230 p. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]/4/42/1:20\[098%2C-4\]](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]/4/42/1:20[098%2C-4]). Acesso em: 12 nov. 2023.

HONÓRIO, M. G *et al.* A. dos. As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1736–1755, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8532>. Acesso em: 16 nov. 2023.

KOGLIN, T.; KOGLIN, J. C. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 10, n. 2, p. 71-78, 7 jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10658>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LAVOURA, T. N.; ALVES, M. S.; JUNIOR, C. L. S. Política de formação de professores e a destruição das forças produtivas: bnc-formação em debate. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 37, p. 553-577, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6405>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MARCOS-PABLOS, S.; GARCÍA-PEÑALVO, F. J. Information retrieval methodology for aiding scientific database search. **Soft Computing**, Alemanha, v. 24, n. 8, p. 5551-5560, 12 out. 2018. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00500-018-3568-0>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MELO, K. M. S. de; GAMA, C. N. Reformas curriculares no Brasil: Limites e possibilidades de um curso de extensão realizado durante a pandemia. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1594–1613, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15447>. Acesso em: 16 nov. 2023.

METZNER, A. C.; DRIGO, A. J. Avanços e retrocessos em relação às DCN para formação de professores: comparação entre a resolução de 2015 e os documentos anteriores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 988-1013, 29 set. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/48101>. Acesso em: 16 dez. 2023.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e11534, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/11534>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MORAIS, G. A. S.; JOHANN, R. C.; MALANCHEN, J. Educação para o desenvolvimento econômico: a BNC-formação como controle dos processos formativos de professores. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e15001, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/15001>. Acesso em: 19 nov. 2023.

NEVES JÚNIOR, E. J.; MAISSIAT, J. Alternativas para creditação curricular da extensão: definições conceituais e análise normativa. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 588-611, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/49792>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NOGUEIRA, A. L.; BORGES, M. C. A BNC-Formação e a Formação Continuada de professores. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 188–204, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13875>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NOZAKI, J.; HUNGER, D.; FERREIRA, L. Práxis e curricularização da extensão universitária na Educação Física. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 13, n. 1, p. 1-11, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12472>. Acesso em: 15 dez. 2023.

OSTERMANN, F.; REZENDE, F. BNCC, Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 1381–1387, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/85172>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PORTELINHA, Â. M. S. As DCN/2019 para a formação de professores: tensões e perspectivas para o curso de Pedagogia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 216-236, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8925>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): Dez Razões para Temer e Contestar a BNCFP. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], v. 20, n. u, p. 1–39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205>. Acesso em: 16 nov. 2023.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC-Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e35617, 1–39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Prado Velho, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981416x2006000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 fev. 2024.

SANTOS, J. B. dos; VIEIRA, E. P.; SILVA, T. R. As políticas curriculares BNCC e BNC - formação no contexto da educação infantil: reflexos para a educação das relações étnico-raciais. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 14, n. Esp, p. 86–108, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/12677>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SELLES, S. L. E.; OLIVEIRA, A. C. P. de. Ameaças à Disciplina Escolar Biologia no “Novo” Ensino Médio (NEM): Atravessamentos Entre BNCC e BNC-Formação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e40802, 1–34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/40802>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SILVA, W. D. A. da; GOMES, S. dos S. As disputas pela formação de professores no contexto das reformas educacionais (1996-2019). **Debates em Educação**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. e14877, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/14877>. Acesso em: 19 nov. 2023.

SIMIONATO, M. F.; HOBOLD, M. de S. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professores: padronizar para controlar? **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 72-88, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8917>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TAFFAREL, C. N. Z.; CARVALHO, M. S; LUZ, S. F. Crise conjuntural e estrutural do capitalismo: luta pela base nacional comum na formação de professores ANFOPE. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 105-126, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8919>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TAMAROZZI, K. H. **A extensão universitária e seu processo de curricularização em um curso de física de uma universidade pública: à luz do discurso do sujeito coletivo.** 2025. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2025. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/295975>. Acesso em: 08 maio 2026.

TOZETTO, S.; DOMINGUES, T. de G. A formação de professores da educação profissional e tecnológica nas Diretrizes Curriculares publicadas pelo Conselho Nacional de Educação (2012 – 2018). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 172–188, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12151>. Acesso em: 16 nov. 2023.

Recebido em novembro de 2025.

Aprovado em junho de 2026.